



PREFEITURA MUNICIPAL
**CACHOEIRA
DOURADA-GO**
GOVERNO DE RESULTADOS



Projeto de Lei 14/2021

Cachoeira Dourada-GO, 12 de maio de 2021.

**Modifica o Regime Próprio de
Previdência Social do Município de
Cachoeira Dourada-GO, de acordo com
a Emenda Constitucional nº 103/2019.**

**A Câmara Municipal de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, aprova
e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:**

Art. 1º O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Cachoeira Dourada – GO, fica alterado, por meio desta Lei Complementar, conforme Emenda Constitucional nº 103/2019 e Emenda à Lei Orgânica nº 10/2021.

Art. 2º Nos termos do inciso II do art. 36 da Emenda Constitucional nº 103/2019, ficam referendadas integralmente:

I - a alteração promovida pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 103/2019, no art. 149 da Constituição Federal; e

II - as revogações previstas na alínea "a" do inciso I e nos incisos III e IV do art. 35 da Emenda Constitucional nº 103/2019.

Regras gerais de aposentadoria

Art. 3º Com fundamento nos incisos I e III do § 1º e §§ 4º-A, 4º-C e 5º do art. 40 da Constituição Federal, o servidor titular de cargo efetivo amparado no RPPS será aposentado nos termos dos seguintes dispositivos da Emenda Constitucional nº 103/2019:

§ 1º Os servidores públicos serão aposentados:

RECEBIDO
Cachoeira Dourada-GO
Data- 13/05/2021
Mariama Emilia
Secretaria Geral

I - voluntariamente, observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem; e

b) 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria;

II - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiverem investidos, quando insuscetíveis de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria;

III - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade;

§ 2º Os servidores públicos com direito a idade mínima ou tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria na forma dos §§ 4º-B, 4º-C e 5º do art. 40 da Constituição Federal poderão aposentar-se, observados os seguintes requisitos:

I - o servidor público cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, aos 60 (sessenta) anos de idade, com 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição e contribuição, 10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria;

II - o titular do cargo de professor, aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, aos 57 (cinquenta e sete) anos, se mulher, com 25 (vinte e cinco) anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, 10 (dez) anos de efetivo



exercício de serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, para ambos os sexos.

§ 3º A aposentadoria a que se refere o § 4º-C do art. 40 da Constituição Federal observará adicionalmente as condições e os requisitos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social, naquilo em que não conflitem com as regras específicas aplicáveis ao regime próprio de previdência social, vedada a conversão de tempo especial em comum.

§ 4º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo serão apurados na forma da lei;

Art. 4º Até que lei discipline o § 4º-A do art. 40 e o inciso I do § 1º do art. 201 da Constituição Federal, a aposentadoria da pessoa com deficiência vinculado a regime próprio de previdência social, desde que cumpridos o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, será concedida na forma da Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013, inclusive quanto aos critérios de cálculo dos benefícios.

Art. 5º No cálculo e reajustamento dos benefícios do RPPS, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições a regime próprio de previdência social e ao Regime Geral de Previdência Social, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º A média a que se refere o *caput* será limitada ao valor máximo do salário de contribuição do Regime Geral de Previdência Social para os segurados desse regime e para o servidor que ingressou no serviço público em cargo efetivo após a implantação do regime de previdência complementar ou que tenha exercido a opção correspondente, nos termos do disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40 da Constituição Federal.





§ 2º O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética definida na forma prevista no *caput* e no § 1º, com acréscimo de 2 (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição nos casos:

I - do inciso II do § 6º do art. 2º do Anexo Previdenciário da Lei Orgânica Municipal;

II - do § 4º do art. 3 da presente Lei, ressalvado o disposto no inciso II do § 3º e no § 4º deste artigo;

III - do § 2º do art. 4º do Anexo Previdenciário da Lei Orgânica Municipal, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo.

§ 3º O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 100% (cem por cento) da média aritmética definida na forma prevista no *caput* e no § 1º:

I - no caso do inciso II do § 2º do art. 3 do Anexo Previdenciário da Lei Orgânica Municipal;

II - no caso de aposentadoria por incapacidade permanente, quando decorrer de acidente de trabalho, de doença profissional e de doença do trabalho.

§ 4º O valor do benefício da aposentadoria compulsória de que trata o inciso III do § 1º do art. 3 da presente Lei corresponderá ao resultado do tempo de contribuição dividido por 20 (vinte) anos, limitado a um inteiro, multiplicado pelo valor apurado na forma do *caput* do § 2º deste artigo, ressalvado o caso de cumprimento de critérios de acesso para aposentadoria voluntária que resulte em situação mais favorável.

§ 5º O acréscimo a que se refere o *caput* do § 2º será aplicado para cada ano que exceder 15 (quinze) anos de tempo de contribuição para os segurados de que tratam o inciso I do art. 4 do Anexo Previdenciário da Lei Orgânica Municipal.

§ 6º Poderão ser excluídas da média as contribuições que resultem em redução do valor do benefício, desde que mantido o tempo mínimo de contribuição exigido, vedada a utilização do tempo excluído para qualquer finalidade, inclusive para o acréscimo a que se referem os §§ 2º e 5º, para a averbação em outro regime previdenciário ou para a obtenção dos proventos de inatividade das atividades de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal.

§ 7º Os benefícios calculados nos termos do disposto neste artigo serão reajustados nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social.

Pensão por morte

Art. 6º Conforme prevê o § 7º do art. 40 da Constituição Federal, na concessão de pensão por morte a dependente de segurado do RPPS falecido a partir da data de vigência desta Lei Complementar será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

§ 1º As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescentes for igual ou superior a 5 (cinco).

§ 2º Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o *caput* será equivalente a:

I - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social; e

II - uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.





§ 3º Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado na forma do disposto no *caput* e no § 1º.

§ 4º O tempo de duração da pensão por morte e das cotas individuais por dependente até a perda dessa qualidade, o rol de dependentes e sua qualificação e as condições necessárias para enquadramento serão aqueles estabelecidos na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

§ 5º Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.

§ 6º Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica.

Direito adquirido

Art. 7º A concessão de aposentadoria ao servidor municipal amparado no RPPS e de pensão por morte aos respectivos dependentes será assegurada, a qualquer tempo, desde que tenham sido cumpridos os requisitos para obtenção destes benefícios antes da data de vigência desta Lei Complementar, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte.

§ 1º Os proventos de aposentadoria a serem concedidos ao servidor a que se refere o *caput* e as pensões por morte devidas aos seus dependentes serão calculados e reajustados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão destes benefícios.

§ 2º É assegurado o direito ao recebimento do benefício de aposentadoria mais favorável ao servidor municipal, desde que tenham sido implementados todos os requisitos para sua concessão, ou de pensão aos seus dependentes, calculada com base na aposentadoria voluntária que seria devida se estivesse aposentado à data do óbito.

Abono de permanência

Art. 8º Fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória, o servidor municipal amparado no RPPS que optar por permanecer em atividade e que tenha cumprido, ou vier a cumprir, os requisitos para aposentadoria voluntária estabelecidas nos seguintes dispositivos, enquanto não estabelecidas por lei condições para o seu pagamento:

I - alínea "a" do inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, na redação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, antes da data de vigência desta Lei Complementar;

II - art. 2º, § 1º do art. 3º ou art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, ou art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, antes da data de vigência desta Lei Complementar;

III - arts. 2º, 3º e 4º do Anexo Previdenciário da Lei Orgânica, assim como arts. 3º e 4º da presente Lei.

Do Regime de Pessoal

Art. 9º Os serviços administrativos do RPPS-CD, para apoio a Diretoria, poderão ser executados por servidores efetivos cedidos pelo Poder Executivo, com ônus para o cedente.

§1º Os servidores cedidos poderão preencher as seguintes funções:

- a) Assessoramento Administrativo, para apoio a Diretoria Executiva do RPPS-CD;
- b) Assessoramento de Benefícios, para apoio a Diretoria de Benefícios e Financeira do RPPS-CD;
- c) Assessoramento Financeiro, para apoio a Diretoria de Benefícios e Financeira do RPPS-CD.

§2º Os servidores cedidos não terão prejuízo em suas progressões funcionais e direitos estatutários.



Art. 10 ° Aos servidores cedidos ao RPPS-CD poderá ser atribuída gratificação de até 50% (cinquenta por cento) do salário-base de seu cargo efetivo, concedida por Portaria da Diretoria Executiva e com ônus para o RPPS-CD.

Reajuste de Inadimplências

Art. 11° O repasse das contribuições previdenciárias patronais e funcionais, normais e suplementares, deverão ser efetivados até o último dia do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem.

Parágrafo único. Caso não ocorra o repasse das contribuições nos termos estabelecidos neste artigo, o valor total das mesmas será devido com o acréscimo de multa de 2% (dois por cento), atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, sem prejuízo da responsabilidade e demais penalidades previstas na legislação aplicável.

Disposições Finais

Art. 12° O Poder Executivo municipal poderá expedir regulamentação ao disposto nesta Lei Complementar, para seu fiel cumprimento.

Art. 13° O Conselho Deliberativo do RPPS-CD deverá regulamentar as restituições, indenizações e pagamentos em atraso de benefícios aos segurados, assim como ressarcimentos destes ao RPPS-CD, definindo prazos, regras de reajuste e outras providências não regulamentadas em Lei, assim como outros procedimentos e situações omissas na legislação municipal.

Art. 14° Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15° Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas que tratam de regras de aposentadoria e pensão por morte previstas na(s) Lei(s) municipal(is) nº 654/2013, 738/2016, 769/2017, 762/2017, 812/2019, 750/2017, 831/2020.





RODRIGO RODRIGUES ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2021

Ao Ilustre Presidente da Câmara Municipal de Cachoeira Dourada-GO.

Prezado Presidente e ilustres Edis,

O projeto de Lei Complementar Municipal visa trazer regramentos para as aposentadorias, pensões por morte e demais disposições, com o intuito de regularizar a Previdência Municipal com as normas trazidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, que promulgou a Reforma da Previdência Social no âmbito federal e delegou aos demais entes federativos subnacionais a incumbência de realizar suas reformas.

Vale observar que o Ministério Público de Contas sugeriu ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO a notificação a todos os municípios recomendando a Reforma Geral das Previdências Municipais nos entes que tenham *DÉFICIT* ATUARIAL, visando garantir a saúde financeira da previdência a longo prazo. Referida sugestão foi acatada pelo TCM/GO, nos termos da Orientação Técnica Conjunta nº 001/2019 – SCMG/SAP, de 18 de dezembro de 2019 e INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 00014/2020 - Técnico Administrativa.

A competência da Lei Complementar Municipal é definir as regras permanentes e seus requisitos, forma de cálculo e reajuste dos benefícios, dentre outras, complementando a Lei Orgânica Municipal e seu Anexo Previdenciário, aplicáveis aos servidores efetivos vinculados ao RPPS – Regime Próprio de Previdência Social, conforme determinação do Art. 40, §1º, III, da Constituição Federal/88 (texto alterado pela Emenda Constitucional nº 103/2019).

Considerando que coube à Lei Orgânica trazer as regras de transição aplicáveis aos servidores municipais que já tinham expectativa de direito, conforme critérios definidos nos Art. 2º ao 4º do Anexo Previdenciário, na presente Lei Complementar estamos estabelecendo as regras gerais permanentes. Vale observar que as regras trazidas são “exatamente as mesmas definidas para os servidores públicos federais”, assim como dos servidores públicos do Estado de Goiás, formando uma simetria e harmonia nas regras aplicáveis no âmbito federal, estadual e municipal.





PREFEITURA MUNICIPAL
**CACHOEIRA
DOURADA-GO**
GOVERNO DE RESULTADOS



Também estamos normatizando a garantia do Direito Adquirido para os servidores que implementarem os requisitos para aposentadoria com fundamento em norma vigente antes da publicação da presente Lei Complementar Municipal.

Na oportunidade estamos regulamentando os serviços de assessoramento administrativo, de benefícios e financeiro ao RPPS-CD por meio de servidores cedidos, assim como definindo a responsabilidade do Conselho Deliberativo do RPPS-CD em regulamentar os procedimentos de indenizações, restituições e outros.

Desta feita, pelos motivos expostos em linhas volvidas, é imprescindível a apreciação e posterior votação e aprovação do Projeto de Lei que ora encaminho a essa Egrégia Casa Legislativa.

Na certeza de que o referido Projeto de Lei terá o devido afinho e empenho de Vossa Excelência e de seus exímios pares, renovo minha manifestação de mais elevada estima.

RODRIGO RODRIGUES ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL